

(p. 504), o lago artificial por ela originado é que é o lago Nasser. Afirma-se que «senescal» é a «tradução frequente» de um título egípcio – ora se é frequente devia aparecer com frequência mas no entanto nunca tal se viu em obras de egiptologia (p. 520). Esclareça-se ainda que o célebre «Livro dos Mortos» não se divide em «sentenças» (p. 235) mas sim em capítulos, vendo-se a falta de critério quando na p. 137 já se tinha optado pela «passagem 137» do «Livro dos Mortos» – para já não falar da estranha modalidade da p. 316 quando se refere o «versículo 42»! Há um forçado aportuguesamento no nome da rainha Hetep-herés, que aparece como «Heteferes» (bastaria saber o significado da palavra em egípcio para não cair neste erro).

Verdade seja dita que não há aqui adulterações repelentes como as que se podem ler em traduções de baixo nível que lamentavelmente por aí circulam, mas é de facto triste que uma obra desta qualidade científica e que como álbum de divulgação cumpre uma função pedagógica e até lúdica, se veja maculado por uma tão desastrada «revisão científica».

Luís Manuel de Araújo

Arte Egípcia, Manuais PET, Lisboa, Plátano Editora, 2001, 96 pp., ISBN 972-707-305-0

Este pequeno e bem ilustrado manual é a tradução de um original espanhol, sem nome do autor, das Parramón Ediciones. Também não aparece o nome do revisor, ou do «revisor técnico», como deixa entender a nota da p. 5, «N. do R. T.», avisando que «não sendo explícitos os sons vocálicos na escrita egípcia, originaram variantes de leitura nas línguas actuais; por isso nos nomes próprios apresentados entre parêntesis indicam-se os anteriormente usados ou os que resultam da interpretação actual dos hieróglifos que os compõem». Veremos em breve o que resultou desta iniciativa da «redacção técnica». Quanto à tradução de António Maia da Rocha, ela revela um nível apreciável e sério, que contrasta com algumas deploráveis traduções de textos egípcios que certas editoras põem desleixadamente à disposição dos leitores.

Pretende-se, de acordo com o subtítulo da obra, apresentar a história da arte do Antigo Egipto e o seu legado cultural, começando com uma introdução à arte egípcia (6-7) onde se invoca «a arte como instrumento» no seu «hieratismo friamente calculado» e se traça a concepção do artista que produz em função do que aqui é designado por «Grande Tríade»: a arte, o poder e a religião.

Segue-se o meio físico e geográfico com «Egipto, o dom do Nilo» (pp. 8-9), bem ilustrado por um «mapa do rio Nilo» que deveria conter mais localidades. O contexto artístico-cultural desdobra-se pela cronologia (pp. 10-11), política e sociedade (pp. 12-13), os mitos egípcios (pp. 14-15), culto e religião (pp. 16-17), arquitectura funerária (pp. 18-19), a cidade egípcia (pp. 20-21), a estatuária, dividida em «o poder da forma» (pp. 22-23) e «iconografia e iconologia» (pp. 24-25), relevo e pintura (26-27), a ourivesaria (pp. 28-29), terminando com a escrita, língua e literatura (pp. 30-31). É seguidamente tratada a arte pré-dinástica e dinástica, caminhando da fase proto-histórica em direcção ao mundo faraónico (pp. 32-33) e salientando a Paleta de Narmer (pp. 34-35).

A arte do Império Antigo compreende a época das pirâmides (pp. 36-37), o grande conjunto de Guiza com as pirâmides de Khufu, Khafré e Menkauré, aqui nas suas formas helenizadas de Quéops, Quéfren e Miquerinos (pp. 38-39), a estátua, que é vista como um «recipiente do espírito» (pp. 40-41), os convencionalismos das representações em superfície (pp. 42-43) e a crise da arte com o Primeiro Período Intermediário (pp. 44-45). Segue-se o Império Médio com a sua diversidade arquitectónica (pp. 46-47), as estátuas-cubo como indício das primeiras mudanças (pp. 48-49), a crise do relevo e da pintura (pp. 50-51) e as dinastias hicsas que constituem o Segundo Período Intermediário (pp. 52-53). Com o Império Novo vem a renovação arquitectónica dos grandes templos (pp. 54-55), o templo de Karnak (pp. 56-57), os templos de Mentuhotep e de Hatchepsut (pp. 58-59), as novas liberdades escultóricas (pp. 60-61), o domínio da pintura (pp. 62-63), a fase de Tell el-Amarna (pp. 64-65), que inclui o parêntese naturalista gerado por um «egocentrismo monárquico» (pp. 66-69) e o regresso à normalidade (pp. 70-71), o túmulo de Tutankhamon (pp. 72-73), o período ramséssida e a «propaganda política» (pp. 74-75). Estranhamente a Época Baixa aparece aqui incluída no Império Novo (pp. 76-77), em vez de constituir um capítulo à parte, como bem justifica o espólio dessa época histórica.

A Época Greco-Romana (chamada de «Período Greco-Romano») é contemplada com dois pontos complementares: as dominações estrangeiras (pp. 78-79) e a morte dos faraós (pp. 80-81), concluindo-se a obra com o capítulo intitulado «A influência do Egipto» subdividido no legado do Egipto (pp. 82-83) e a egiptologia no mundo moderno (pp. 84-87) onde se evoca a visão que do Egipto se teve ao longo dos tempos, a Pedra de Roseta, as conexões religiosas e culturais e as escavações e descobertas no Egipto.

Vem depois um quadro sincrónico (pp. 88-89) com várias anomalias (como referir o Império Novo em 1371 a. C. em vez de o subir para 1560 a. C.) e os Apêndices, os quais incluem um glossário de

termos (pp. 90-91), deuses e atributos (pp. 92-93), fechando com um índice alfabético de assuntos (pp. 94-95).

Tal como se observa noutras obras de temática egíptológica, a «revisão técnica» da Plátano decidiu, sem qualquer fundamento filológico, aporuguesar alguns termos egípcios que aqui aparecem maltratados: o faraó Horemheb passa a ser «Oremheb» (p. 7), o oásis de Farafra fica só «Farafa» (p. 8), o célebre Tutankhamon é aligeirado para «Tutancámon» (p. 12 e outras), a deusa Sekhmet vê-se alterada para «Sekemet» (p. 14), o funcionário tanita Uendjebauendjed passou a ser «Uengebanenged» (p. 28), o arquitecto Hemiunu tornou-se Hemium (p. 40), Imseti é aqui Maest (p. 91), Bubástis passa a ser Bubastias (p. 92) entre outras anomalias. Quando se pretende mostrar os nomes na sua forma egípcia o que se vê aqui é uma propensão para complicar: assim, em vez de Menkauré surge «Men-Khe-Ré» (mas na p. 39 como «Men-Ka-Ré») e em lugar de Khafré aparece «Khe-fren-Ré» (p. 6)! Outros nomes foram deixados à moda espanhola (veja-se Carnac em vez de Karnak, Dyer em lugar de Djer, Dyedefré em vez de Djedefré, entre mais casos). Assinale-se ainda que a pedra sagrada de Heliópolis, evocando a colina primordial, era conhecida por *benben* e não por «pedra ben» (pp. 14, 37, 91).

Nota-se ainda a abusiva transformação em palavras graves com a deslocação do acento tónico nos nomes de Atum (Átum), Amon (Ámon) ou Aton (Áton), e ainda Abido que aqui aparece como «Ábidos», ou então a passagem para inusitadas palavras agudas (Tura transformou-se em Turá). Acrescente-se que a típica embarcação egípcia à vela é a feluca e não «falua» (p. 9). Um lamentável erro de tradução detecta-se na p. 29, quando um peitoral com uma cartela contendo um dos nomes de Senuseret III aparece como sendo um «peitoral com a lenda».

Como é típico de livros que são revistos sem o necessário cuidado vêem-se nomes diferentes para designar as mesmas coisas: Meidum nas pp. 4 e 36 e Maydum na p. 9, o faraó Amen-hotep III vem assim na p. 70 quando se alude ao seu templo, mas noutras vem à grega como Amenófis, o índice final regista a cidade de Aquetáton quando no texto da p. 20 surge, e muito bem, Akhetaton, vendo-se a mesma discrepância com o deus Tot (p. 95) e Thot (pp. 14 e 30) ou Nefertum (p. 95) e o estranho Neférton (p. 14), entre outros. A falta de rigor vê-se também noutros pormenores, e servirá de exemplo a palavra deus com inicial maiúscula (o que não se aceita para os deuses egípcios), e tanto se vê Tell el-Amarna (com o hífen a separar correctamente o artigo árabe) como Tell el Amarna (sem hífen).

Uma gravura da p. 21 mostra parcialmente a planta do palácio de Ramsés III em Medinet Habu onde os pilones são chamados «pilões», o

que contrasta com a planta do templo de Khonsu na p. 76 onde já surem correctamente os pilones. No entanto, esta planta do templo de Khonsu exhibe expressões que revelam desconhecimento da terminologia por parte do tradutor e do revisor: «sala do barco» em vez de sala da barca e o insólito «sancta sanctorum» aplicado ao santuário recôndito do templo.

Um indício de má organização gráfica do volume pode ser detectado na p. 76, que é dedicada à Época Baixa mas que apresenta em cima «O Império Novo». Por outro lado, inclui-se no capítulo dedicado ao «Período Greco-Romano», com o título de «A morte dos faraós», o fenómeno histórico que aqui é designado por «A chegada do mundo árabe», quando seria preferível criar um capítulo final para o advento do Islão no Egipto (p. 81). O desconhecimento de termos relativos ao Egipto muçulmano fica também patente com a opção por «fatimitas» em lugar de Fatímidas, nome de uma dinastia muçulmana que reinou no Egipto (969-1171) antes de Saladino, e o «sultanato ayubi» em vez do habitual aiúbida. Será ainda de rejeitar a passagem anómala da localidade de Cheikh Abd el-Gurna para «Xeique Abd el-Gurna» (p. 7).

Alguns dos erros vinham já no original espanhol, embora devesse caber à «revisão técnica» da Plátano a sua correcção: dizer que na Época Baixa, num contexto em que se alude à XXVI dinastia, «continuou-se a tradição das pirâmides» é grave (p. 77). Decerto é uma referência às longínquas pirâmides cuchitas de Meroé, mas o leitor menos avisado não se apercebe disso. Alarga-se estranhamente a tipologia dos aqui chamados *ushebtis* para todo o tipo de estatuetas de vários materiais da Época Baixa, numa abusiva interpretação destas típicas estatuetas funerárias (p. 77). Outro erro crasso detecta-se na p. 81 quando se vê a presença dos «califas abássidas» em vez dos omíadas (os abássidas são posteriores no Egipto). Quanto à gravura da p. 25 que é apresentada como um sarcófago de Tutankhamon não está correcta a legenda: não é um sarcófago mas sim um pequeno relicário de forma humana utilizado para guardar os pulmões embalsamados do monarca.

Luís Manuel de Araújo

JOSEP CERVELLÓ AUTUORI (ed.), *África Antigua. El antiguo Egipto, una civilización africana*, Aula Aegytiaca – Studia, 1, Barcelona, Aula Aegytiaca, 2001, 300 pp.

O dinamismo dos estudos egiptológicos em Barcelona e, de uma forma mais geral, na Catalunha, pode ser expresso pelas actividades da Societat Catalana d'Egiptologia, pela Fundació Arqueològica Clos (à qual